

**PROJETO DE AUTO-AVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL 2009**

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO

1.1 **Denominação da Instituição:** Centro De Ensino Superior De Iporá S/C Ltda.

1.2 **Diretoria:** Adriano Franco Valotto

Carlos Roberto de Araújo

Oswaldo Antônio de Araújo

Raimundo Fonseca Pinheiro

1.3 **Gerente Acadêmica:** Olímpia Vaz dos Santos Silva

1.4 **Secretária Adjunta:** Lidianny Gramound Pereira

1.5 **Coordenação de Administração:** Profª MS. Orlandina Ferreira Machado

1.6 **Coordenação de Ciências Contábeis:** Prof. Josias Bontempo Neto

1.7 **Coordenação de Pós Graduação:** Luciana Teixeira de Amorin

1.8 **Coordenação de EAD:** Luzimar Divina Costa

1.9 **Auxiliar de Coordenação:** Adilson Marques da Silva

1.3 Breve histórico:

A implantação da Faculdade de Iporá – FAI em Iporá, no ano de 2005, foi fruto de pesquisas realizadas em 2003 quando detectou-se a carência de ampliar a oferta de educação superior no município de Iporá, não para atender somente Iporá, mas toda uma região. Nessa época, Iporá contava apenas com uma unidade de ensino superior que ministrava exclusivamente cursos de Licenciaturas.

A pesquisa realizada detectou a carência não só de profissionais qualificados no mundo do trabalho, como também o anseio dos pais que se viam obrigados a enviar seus filhos para estudarem nos grandes centros.

Em 2005, a Faculdade de Iporá – FAI iniciou suas atividades acadêmicas com a implantação e oferta do curso de Administração, nas habilitações de Administração de Empresas, Administração em Análise de Sistemas e Administração em Marketing. Em dezembro de 2007, a instituição reformulou o Projeto Pedagógico do referido curso, passando a ofertá-lo a partir de 2008, sem as habilitações, sob a denominação de “Administração”. Também, em 2007, a FAI conseguiu a autorização de funcionamento do curso de Ciências Contábeis através da portaria n.º 500, de 1º de junho de 2007. Em meio de 2009, dias 7, 8 e 9

a Comissão Avaliadora do MEC esteve na FAI procedendo à verificação in loco, visando à implantação do curso de Direito.

O processo educacional da FAI é pensado numa perspectiva não apenas de capacitação de um profissional, mas sobretudo na construção de um sujeito construtor de um saber que está sempre se refazendo, que defenda princípios e valores éticos, que contribua para a transformação individual e coletiva, promovendo e estabelecendo novas relações sociais, pautadas em laços mais solidários e menos competitivos.

À luz desta concepção, a FAI produz seu fazer acadêmico extrapolando os muros da instituição, promovendo e/ou unindo-se a empreendimentos e ações que geram desenvolvimento regional. Algumas ações têm um maior alcance social, como por exemplo o Projeto Faculdade Aberta à Terceira Idade e o Projeto Inclusão Digital, dentre outras que reforçam as aprendizagens dos alunos como o Projeto de Visitas Técnicas a exemplo das visitas à Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, ao Banco Central e a várias empresas.

Apesar de pouco tempo de existência, a FAI tem demonstrado a que veio, ou seja: ministrar cursos quer seja de graduação, especialização, aperfeiçoamento, qualificação e/ou extensão, de qualidade para que seus formandos tenham condições de enfrentar a competitividade do mercado de trabalho e, também, de influenciar direta ou indiretamente no desenvolvimento sócio-econômico-cultural e ambiental de Iporá e região.

Quanto à estrutura física, iniciamos nossas atividades no prédio do Colégio Exato de Iporá que nos turnos matutino e vespertino funcionavam as aulas do Colégio e no período noturno as aulas da FAI. Entretanto, em 2007 iniciou-se a construção do prédio próprio da instituição, em 2008 tivemos três turmas funcionando no referido prédio e em 2009 nos transferimos para o prédio próprio. Portanto, atualmente a FAI funciona em seu prédio próprio, à Rua Serra Cana Brava Qd. 02 Lt. 04 nº. 512 Jardim Novo Horizonte II, em Iporá-Goiás.

Entretanto, há projeto com previsão de ampliação do atual prédio, até porque iremos pleitear a autorização de novos cursos, pois, atualmente em Iporá, além da FAI contamos somente com uma unidade da Universidade Estadual de Goiás- UEG que desde sua fundação ministra somente cursos de licenciatura.

A FAI, a partir de julho de 2009 passou a pertencer ao grupo educacional Montes Belos, tendo como mantenedores: Professor MS. Adriano Franco Valotto, Professor MS. Raimundo Fonseca Pinheiro, Carlos Roberto Araújo e Osvaldo Antônio Araújo.

2. COMPOSIÇÃO DA CPA

NOME	REPRESENTAÇÃO	RG	CPF
MARLÚCIO TAVARES DO NASCIMENTO	Presidente (representante docente)	2.772.313	574.919.681-04
DÉBORA SIRNO SANTOS	Representante docente	3919099	951.882.311-15
DÁRCIO ALVES DE SIQUEIRA	Representante docente (suplente)	741455 2 via	149.237.851-87
MATILDE LEITE VILELA LELIS	Representante docente (suplente)		
LIDIANNY GRAMOND PEREIRA	Representante Técnico Administrativo	4434747	974.234.241-53
LIDIANE MAMEDES GOMES	Representante Técnico-Administrativo	4563599	008.120.631.39
ADILSON MARQUES DA SILVA	Representante Técnico-Administrativo (suplente)	2860565	423347051-87
CARLA SILVA QUEIROZ	Representante Técnico-Administrativo (suplente)	4976464	015490791-07
MAGALI OLIVEIRA RODRIGUES	Representante discente - Curso Ciências Contábeis	3090784	601674831-53
SUELI SILVA DE OLIVEIRA	Representante discente - Curso Administração	3333655-4600100	940.896.631-72
KAUARA ALVES PESSOA	Representante discente (suplente) - Curso Ciências Contábeis	4607946	001.134.211-09
ELIAINE TEIXEIRA DE CARVALHO	Representante discente (suplente) - Curso Administração	2292.841	454.064.301-06
LUIZ CARLOS FRANCO TEIXEIRA	Representantes da Sociedade	4694584	610.343.206-53

3 INTRODUÇÃO

A partir do início da década de 1990 os governos federais, por meio do MEC, vem implementando políticas de expansão da educação superior, com objetivo de atender a uma crescente demanda por formação nesse nível de educação. Entre essas políticas ganhou destaque o processo de avaliação implementado pelo Ministro da Educação Paulo Renato Souza, no período 1995-2002 e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), implementado pelos ministros Cristóvam Buarque e Fernando Haddad, a partir do ano de 2004.

No primeiro período, a Lei nº 9.131/1995 e a Lei nº 9.394/1996 foram as duas leis mais importantes aprovadas, que geraram uma série normalizações em relação à educação superior, e, mais especificamente, sobre a avaliação desse nível de educação. No governo Luiz Inácio Lula da Silva a Lei nº 10.861/2004, que criou o SINAES, foi a mais importante e que vem dando suporte legal ao processo de avaliação da educação superior até o momento. Esta Lei (Art. 1º) definiu que a avaliação da educação superior será dividida em três processos distintos e articulados:

1. Avaliação das instituições de educação superior;
2. Avaliação dos cursos de graduação;
3. Avaliação do desempenho acadêmico.

Entre esses processos destaca-se a avaliação das instituições, que deve ser realizado por Comissões Externas de Avaliação Institucional (*in locu*), nomeadas pelo MEC, e pela própria instituição, por meio da Comissão Própria de Avaliação (CPA). Conforme está expresso no Inciso I, § 2º, Art. 7º da Lei nº 2.051/2004, a CPA deve ter

[...] participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docente, discente e técnico-administrativo) e de representante da sociedade civil organizada, ficando vedada à existência de maioria absoluta por parte de qualquer um dos segmentos representados. (BRASIL, 2004)

Ressalta-se que a CPA dessa instituição foi composta, observando essa exigência. As atribuições, bem como, dinâmica de funcionamento, a forma de composição, mandato dos membros, entre outros aspectos, estão definidos em Regimento próprio, aprovado pelo Conselho Superior desta instituição.

Além da CPA a Faculdade Montes Belos instituiu o Núcleo de Avaliação Institucional (NAI). No Regimento deste Núcleo está estabelecido, entre outras atribuições, “I. contribuir para o desenvolvimento da Avaliação Institucional; II. assessorar a Comissão Própria de

Avaliação (CPA) nos assuntos concernentes à Avaliação Institucional;”. Conforme está expresso no Art. 5º do referido regimento, uma das funções do Coordenador do NAI é “Encaminhar ao Conselho Superior para aprovação a proposta de Avaliação Institucional”. É com o objetivo de atender essa determinação que essa proposta foi desenvolvida.

4 JUSTIFICATIVA

A avaliação institucional é atividade imprescindível em qualquer instituição de educação superior, independente de sua organização acadêmica (faculdade, centro universitário ou universidade) e organização administrativa (pública ou privada). Além de ser uma exigência legal pode ser condição de desenvolvimento da instituição. A esse respeito o documento “Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES): da concepção à regulamentação”, que sintetiza o parecer da Comissão Especial de Avaliação da Educação que originou a Lei nº 10.861/2004, explicita dois focos do SINAES: *regulação e formação*

Neste sentido, é fundamental o entendimento da necessidade da instituição implementar um processo de avaliação que não polarize nenhum desses focos. Por isso, é preciso elaborar um “projeto de avaliação” que contemple todas as dimensões da instituição a serem avaliadas conforme diretrizes do MEC e ao mesmo tempo, estabeleça planos de ações para a instituição, e mais especificamente para os cursos, que levem em consideração os resultados da auto-avaliação institucional e das avaliações realizadas pelas comissões externas.

5 OBJETIVOS

5.1 Objetivo Geral:

Realizar a avaliação da instituição no ano de 2009, atendendo especialmente, o princípio da *globalidade* (todas as dimensões determinadas no SINAES) e da *participação*, de forma a envolver toda a comunidade acadêmica (discentes, docentes, funcionários técnico-administrativos e gestores) neste processo.

5.2 Objetivos Específicos:

- Avaliar todos os setores da instituição, os professores, funcionários técnico-administrativos, gestores, condições físicas da instituição, etc;
- Promover, a partir dos resultados da avaliação, debates com os diversos setores e categorias envolvidas na avaliação com objetivo de melhorar o desenvolvimento das atividades acadêmicas;
- Avaliar os cursos, em parceria com as coordenações, especialmente os cursos que passarão por processo de avaliação externa, com fins de reconhecimento e novo reconhecimento;
- Elaborar Planos de Melhoria dos Cursos;
- Acompanhar a implementação dos Planos de Melhoria dos Cursos;
- Discutir os resultados do ENADE/2006, com o objetivo de estabelecer estratégias de preparar os alunos que realizarão as provas nesse ano de 2009;

6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No Brasil, a avaliação da educação superior começa ter maior destaque, tanto em relação à sua realização, quanto em relação à produção acadêmica sobre a temática a partir da década de 1980. Naquele período tiveram destaque o Programa de Avaliação da Reforma Universitária – Paru (1983) e a avaliação da educação superior realizada pelo Grupo Executivo para a Reforma da Educação Superior – Geres (1985) (BRASIL, 2004). Acrescenta-se ainda as iniciativas da Universidade de Brasília e da UFRS quando começaram a realizar a auto-avaliação institucional.

Na década de 1990, o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB (a partir de 1993) e Exame Nacional de Cursos - ENC (1996-2003) foram às principais propostas de avaliação da educação superior. Ressalta-se que junto a proposta de realização do ENC havia a avaliação de cursos, realizada por Comissões Externas e a avaliação das instituições, também realizada por Comissões Externas, mas a ênfase dada pelo Ministério de Educação foi no ENC.

Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva e as mudanças no Ministério da Educação e nos órgãos ligados a esse ministério uma nova proposta de avaliação da educação superior foi aprovada. No ano de 2004 a aprovação da Lei nº 10.861 e toda subsequente legislação que

a regulamentou provocou significativas mudanças no processo de avaliação que vinha sendo realizado.

De forma geral, a avaliação da educação superior continuou dividida em avaliação dos estudantes, avaliação dos cursos e avaliação da instituição. No entanto, a dinâmica de funcionamento dessas avaliações foi modificada consideravelmente. A avaliação dos estudantes que antes era realizada, por meio do ENC, por todos os estudantes concluintes dos cursos de graduação, passou a ser realizada, por meio do ENADE, em sistema de amostragem, por estudantes ingressantes e concluintes (primeiro e último ano) dos cursos de graduação.

A avaliação dos cursos de graduação ganhou nova dinâmica, com a utilização de novos instrumentos de avaliação *in loco* e de acompanhamento dos processos de autorização, reconhecimento e novo reconhecimento, pelas Comissões Externas. Foi determinado que as instituições fossem avaliadas por Comissões Externas (*in loco*) e por Comissões Próprias de Avaliação (CPA). Além disso, a Lei que criou o SINAES determinou a observância de no mínimo dez dimensões a ser consideradas nos processos de avaliação, e estabeleceu critérios de articulação entre as três avaliações (avaliação de estudantes, avaliação de cursos e avaliação da instituição).

Essas mudanças, especialmente as que dizem respeito à necessidade da auto-avaliação institucional, passaram a exigir que as instituições de ensino superior investissem em projetos próprios de avaliação. Como um dos princípios do SINAES é o *respeito a identidade das instituições de educação superior*, cada IES tem autonomia para elaborar sua proposta de avaliação de acordo com sua realidade, desde que atenda as diretrizes do referido sistema de avaliação.

Além do princípio *respeito à identidade das instituições de educação superior* o documento Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação, aponta outros princípios que foram considerados na elaboração dessa proposta: *desenvolvimento de valores sociais historicamente determinados, regulação e controle, prática social com objetivos educativos, globalidade, legitimidade, continuidade*.

Conforme está expresso no documento publicado pelo MEC,

Dois dos mais importantes critérios da qualidade da educação superior consistem na relevância da formação e da produção de conhecimentos para o desenvolvimento do conjunto da população e para o avanço da ciência, e na sua eficácia para fortalecer as preferências éticas e políticas dominantes em um determinado momento histórico. (BRASIL, 2004)

Neste sentido, a FMB busca compreender, por meio da avaliação, qual tem sido sua *contribuição social* com os serviços prestados à comunidade atendida por ela e à sociedade de forma geral. Um dos critérios a serem observados nesse processo de avaliação deve ser o atendimento das demandas sócio-culturais e econômicas da região. Um dos anseios que ora se expressa nessa proposta é o no sentido de identificar se o atendimento dessas demandas tem sido com a qualidade social requerida pelos usuários e beneficiários diretos e indiretos dos serviços por essa instituição de ensino.

Outro critério a ser considerado na realização da avaliação da educação superior é o atendimento dos preceitos legais, tanto em relação à sua realização, quanto à promoção de mudanças no sentido de atender os critérios de qualidade determinados pelos órgãos superiores de regulação do sistema. Neste sentido, na realização da auto-avaliação é necessário avaliar as dez dimensões determinadas pelo SINAES, bem como, levar em consideração os resultados do ENADE e os relatórios e recomendações das Comissões Externas que avaliam a instituição e os cursos.

A realização de um processo de avaliação que busca articular as avaliações de cursos, dos estudantes e a avaliação institucional (interna e externa) vai ao encontro de uma das principais características da avaliação proposta nesse projeto, a *globalidade*. “Os processos de avaliação nas instituições devem integrar diversos procedimentos e instrumentos, na forma de estudos, discussões, juízos de valor a respeito de todas as dimensões e estruturas institucionais.” (BRASIL, 2004). Para isso, propõe-se a utilização de diversos instrumentos, como: questionários, formulários de levantamentos estatísticos, documentos específicos dos cursos e da instituição, relatórios de outros processos de avaliação, projetos, currículos, etc.

Essa diversidade de instrumentos incorpora levantamento de um considerável volume de dados dos diversos setores da instituição, pontos de vistas das diferentes representações da comunidade acadêmica e as condições objetivas para a realização das diversas atividades acadêmicas realizadas na instituição. Configura-se ainda como característica de globalidade o fato de avaliar todas as dimensões determinadas pelo SINAES que cabem a essa categoria de instituição.

Outro importante princípio considerado é a *legitimidade*. A legitimidade pode ser observada sobre dois aspectos: a *legitimidade política* e a *legitimidade técnica*. A legitimidade política diz respeito ao espaço de participação dos indivíduos responsáveis pela avaliação e o compromisso ético com o processo por parte desses indivíduos. Neste sentido, a constituição da CPA atendendo aos critérios de representatividade e a garantia de condições para a

realização de suas atividades é fator imprescindível para cumprimento dos preceitos de *legitimidade política*.

Ressalta-se que, em relação à participação da comunidade acadêmica, esse projeto busca garantir a possibilidade de participação de todos indistintamente, seja fornecendo informações, emitindo juízos de valores ou envolvendo-se ativamente nas atividades de avaliação. De acordo com Sobrinho (2003, p. 44. grifo do autor) “Como a educação comprometida com as necessidades e interesses públicos são de responsabilidade coletiva da comunidade educativa e do Estado, a avaliação há de ser **democrática e participativa**”. Assim, a participação de professores, alunos, funcionários técnico-administrativos e gestores, além de ser um direito é também uma questão de dever social para com a melhoria da qualidade dos serviços ofertados por essa instituição.

A *legitimidade técnica* está relacionada com o conhecimento do processo de avaliação como um todo. Por isso, propõe-se a formação tanto dos membros da CPA, quanto de outros participantes mais ativos na realização da avaliação. É imprescindível o conhecimento dos fundamentos políticos da avaliação, as possibilidades que ela oferece como instrumento de melhoria da qualidade das atividades acadêmicas, bem como, dos processos operacionais que envolvem sua realização. Neste sentido, a formação contribui também com a construção de uma *cultura institucional de avaliação*.

A construção da *cultura institucional da avaliação* depende da *continuidade* da avaliação. A continuidade está relacionando tanto a sua periodicidade (realizada a cada ano ou semestre), quanto a sua constância (realizada durante todo o ano letivo). A avaliação institucional que está sendo proposta atende esses dois aspectos. Sua realização se estende desde o início do ano letivo até o encerramento anual das atividades, fechando o ciclo de auto-avaliação institucional.

Em síntese, a avaliação institucional é um processo amplo e complexo que busca, ao mesmo tempo, acompanhar a dinâmica de funcionamento da instituição de educação superior e propor, quando necessário, alternativas de mudanças no desenvolvimento das atividades acadêmicas, com propósito de melhoria da qualidade dos serviços prestados pela IES.

7 PLANO DE AÇÃO

METAS	AÇÕES	PERÍODO	RESPONSÁVEL
Constituição da CPA	- Realizar eleição dos membros da CPA;	AGOSTO	CPA/NAI
	- Empossar os referidos membros;	AGOSTO	Diretoria Acadêmica
	- Elaboração do Projeto de Avaliação Institucional 2009	AGOSTO	Coordenação do NAI
	- Formação/preparação dos membros da CPA	AGOSTO	Coordenação do NAI
Avaliar os Setores de Serviços (Secretaria, Copiadora)	- Fazer levantamento de servidores;	AGOSTO	CPA (Repres. Técnico-Administrativo)
	- Fazer levantamento dos usuários dos serviços;	AGOSTO	CPA (Repres. Técnico-Administrativo)
	- Identificar as atribuições e especificidades de cada função;	AGOSTO	CPA (Repres. Técnico-Administrativo)
	- Elaborar questionário (enquete);	AGOSTO	Coordenação do NAI
	- Disponibilizar questionário;	AGOSTO	Coordenação do NAI
	- Promover momento de sensibilização dos alunos e usuários dos serviços;	AGOSTO	CPA/NAI/Coordenadores/Representantes de Sala
	- Analisar os resultados e elaborar relatórios;	AGOSTO	CPA/NAI
	- Publicar resultados;	AGOSTO	CPA
	- Promover momento de debate sobre os resultados e elaborar planos de melhoria do(s) setor(s) (caso seja necessário);	SETEMBRO	CPA/NAI/Coordenadores de Setor
Avaliar os Serviços de Limpeza e Tesouraria.	- Fazer levantamento de servidores;	AGOSTO	CPA (Repres. Técnico-Administrativo)
	- Fazer levantamento dos usuários dos serviços;	AGOSTO	CPA (Repres. Técnico-Administrativo)
	- Identificar as atribuições e especificidades de cada função;	AGOSTO	CPA (Repres. Técnico-Administrativo)
	- Elaborar questionário (enquete);	AGOSTO	Coordenação do NAI
	- Disponibilizar questionário no Portal;	AGOSTO	Coordenação do NAI
	- Promover momento de sensibilização dos alunos e usuários dos serviços;	AGOSTO	CPA/NAI/Coordenadores/Representantes de Sala

	- Analisar os resultados e elaborar relatórios;	AGOSTO	
	- Publicar resultados;	AGOSTO	
	- Promover momento de debate sobre os resultados e elaborar planos de melhoria do(s) setor(s) (caso seja necessário);	SETEMBRO	CPA/NAI/Coordenadores de Setor
Avaliar as Condições Físicas da Instituição (Acesso, salas de aula, Banheiros, sala de professores, sala de coordenações)	- Fazer levantamento descritivo dos espaços físicos da instituição;	AGOSTO	CPA/Coordenadores de cada setor
	- Elaborar questionário (enquete);	AGOSTO	Coordenação do NAI
	- Disponibilizar questionário no Portal;	AGOSTO	Coordenação do NAI
	- Promover momento de sensibilização dos alunos e usuários da instituição;	AGOSTO	CPA/NAI/Coordenadores/Representantes de Sala
	- Analisar os resultados e elaborar relatórios;	AGOSTO	CPA/NAI
	- Publicar resultados;	AGOSTO	CPA/NAI
	- Promover momento de debate sobre os resultados e elaborar planos de melhoria do(s) setor(s) (caso seja necessário);	SETEMBRO	CPA/NAI/Diretoria e Gerência Acadêmica
Avaliar a Biblioteca e Laboratório de Informática	- Fazer levantamento descritivo dos recursos e dinâmica de funcionamento de cada espaço;	AGOSTO	CPA/Coordenadores de cada setor
	- Elaborar questionário (enquete);	AGOSTO	Coordenação do NAI
	- Disponibilizar questionário;	AGOSTO	Coordenação do NAI
	- Promover momento de sensibilização dos alunos e usuários desses ambientes;	AGOSTO	CPA/NAI/Coordenadores/Representantes de Sala
	- Analisar os resultados e elaborar relatórios;	AGOSTO	CPA/NAI
	- Publicar resultados;	AGOSTO	CPA/NAI
	- Promover momento de debate sobre os resultados e elaborar planos de melhoria do(s) setor(s) (caso seja necessário);	SETEMBRO	CPA/NAI/Coordenadores de Setor
Avaliar os professores, as coordenações, os	- Fazer levantamento de profissionais que serão avaliados;	AGOSTO	CPA (Repres. Técnico-Administrativo)
	- Fazer levantamento dos usuários diretos dos serviços	AGOSTO	CPA (Repres. Técnico-Administrativo)

profissionais técnico administrativos e gestores	prestados por cada uma dessas categorias;		
	- Identificar as atribuições e especificidades de cada função;	AGOSTO	CPA (Repres. Técnico-Administrativo)
	- Elaborar questionário (enquete);	AGOSTO	Coordenação do NAI
	- Disponibilizar questionário;	AGOSTO	Coordenação do NAI
	- Promover momento de sensibilização dos alunos e usuários dos serviços;	AGOSTO	CPA/NAI/Coordenadores/Representantes de Sala
	- Analisar os resultados e elaborar relatórios;	AGOSTO	CPA/NAI
	- Publicar resultados;	AGOSTO	CPA/NAI
Avaliar a Pesquisa e Extensão	- Promover momento de debate sobre os resultados e elaborar planos de melhoria do(s) setor(s) (caso seja necessário);	SETEMBRO	CPA/NAI/Coordenadores de Cursos e Gerência Acadêmica
	- Fazer levantamento de profissionais que serão avaliados;	AGOSTO	CPA (Repres. Técnico-Administrativo)
	- Fazer levantamento dos usuários diretos dos serviços prestados por cada uma dessas categorias;	AGOSTO	CPA (Repres. Técnico-Administrativo)
	- Identificar as atribuições e especificidades de cada função;	AGOSTO	CPA (Repres. Técnico-Administrativo)
	- Elaborar questionário (enquete);	SETEMBRO	Coordenação do NAI
	- Disponibilizar questionário;	SETEMBRO	Coordenação do NAI
	- Promover momento de sensibilização dos alunos e usuários dos serviços;	SETEMBRO	CPA/NAI/Coordenadores/Representantes de Sala
	- Analisar os resultados e elaborar relatórios;	SETEMBRO	CPA/NAI
- Publicar resultados;	SETEMBRO	CPA/NAI	
Fazer Diagnóstico (dados) da instituição	- Promover momento de debate sobre os resultados e elaborar planos de melhoria do(s) setor(s) (caso seja necessário);	SETEMBRO	CPA/NAI/Coordenadores de cada setor
	- Preenchimento da Planilha enviada pela CM Consultoria;	OUTUBRO	Coordenador de cada Setor
	- Análise dos dados e elaboração de Relatório;	OUTUBRO	Coordenação do NAI

Elaborar Plano de Melhoria dos Cursos	- Reunir com cada coordenação de curso para estabelecer metodologia de avaliação do curso e elaboração do Plano de Melhoria;	OUTUBRO	Coordenação do NAI
	- Realizar uma Avaliação Simulada de cada Curso;	OUTUBRO	Coordenação do Curso
	- Analisar os resultados da Avaliação e propor metas e ações de melhoria em consonância com as exigências do MEC;	OUTUBRO	Coordenação do NAI
Realizar Processo de Sensibilização com alunos que realizarão o ENADE	- Identificar as turmas e alunos que realizarão o ENADE 2009	NOVEMBRO	Secretaria Acadêmica
	- Promover reunião com os alunos que farão provas do ENADE 2009 para esclarecer dúvidas e orientar sobre a realização da prova do ENADE;	NOVEMBRO	CPA
	- Analisar os resultados e a prova aplicada no último ENADE realizado pelo curso.	NOVEMBRO	Coordenação dos Cursos e Professores
Realizar processo de sistematização de informações gerais da instituição e sobre os cursos	- Reunir todos os relatórios parciais e demais informações que subsidiem todo o processo de avaliação da instituição;	NOVEMBRO	Coordenação do NAI
	- Elaborar um instrumento para sistematização dessas informações;	NOVEMBRO	Coordenação do NAI
	- Elaborar o Relatório Final de Avaliação Institucional 2009.	NOVEMBRO	Coordenação do NAI
Acompanhar a implementação do Plano de Melhoria dos Cursos	- Elaborar um instrumento de acompanhamento da implementação do Plano de Melhoria de cada um dos cursos;	DEZEMBRO	Coordenação do NAI
	- Reunir com Coordenadores e/ou Núcleo Estruturante para avaliar a implementação do Plano;	DEZEMBRO	Coordenação do NAI
	- Elaborar Relatório de implementação de cada um dos Planos de Melhoria;	DEZEMBRO	Coordenações de Curso

8 METODOLOGIA

A avaliação institucional será desenvolvida de forma *participativa e contínua* ao longo do ano letivo. Ela será coordenada de forma integrada pelo NAI e a CPA, com a participação de toda a comunidade acadêmica (alunos, professores, funcionários técnico-administrativos e gestores).

As atividades avaliativas que envolvem as quatro categorias mencionadas serão divididas em seis etapas: 1) Secretaria; 2) Avaliação dos Professores, Coordenadores e Gestores; 3) Avaliação do Atendimento na Recepção, Tesouraria e Limpeza; 4) Avaliação da Biblioteca e Laboratório de Informática; 5) Avaliação das Condições Físicas da Instituição (acesso aos diversos espaços internos, sala de aula, salas de informática e banheiros; 6) Avaliação da Pesquisa e Extensão.

Cada uma das etapas será subdividida em cinco momentos/atividades distintos: sensibilização, coleta de dados, sistematização e análise dos dados, publicação dos resultados e debate/encaminhamentos operacionais a partir dos resultados da avaliação.

A *sensibilização* será o primeiro momento do processo de avaliação de cada uma das seis etapas mencionadas acima. Sua realização será de responsabilidade dos membros do NAI, dos Coordenadores dos Cursos, e, especialmente, da CPA e utilizará faixas, panfletos, carro de som, camisetas, brindes, etc.

A *Coleta de Dados* também seguirá dinâmica semelhante em cada etapa. Será realizada por meio de Enquêtes disponibilizadas no Portal Universitário da Faculdade, a ser respondida por alunos, professores, coordenadores e funcionários técnico-administrativos. O principal objetivo das enquetes é identificar como cada uma das categorias avalia cada um dos setores e atividades acadêmicas desenvolvidas na instituição. Além das enquetes, será feito levantamento de dados sobre cada um dos setores avaliados, com o objetivo de subsidiar a análise dos resultados da avaliação.

Após a coleta de dados de cada uma das etapas de avaliação iniciar-se-á a *sistematização e análise dos dados*. Esta será uma das atividades mais complexas, visto que poderá incorrer na necessidade de levantar novos dados para facilitar a compreensão dos resultados da avaliação. As análises serão feitas, sobretudo, por meio de cruzamento de dados das enquetes respondidas pelos alunos, professores, coordenadores e funcionários técnico-administrativos, com dados que demonstram condições de realização das atividades, bem como a características específicas das atividades realizadas por cada um dos setores avaliados.

O quarto momento será o de *publicação dos resultados*. A publicidade dos resultados, além de dar legitimidade ao processo, pode contribuir com a construção da cultura institucional de avaliação, uma vez que a comunidade acadêmica tem oportunidade de conhecer as fragilidades e as potencialidades da instituição da qual faz parte. Além disso, os participantes envolvidos diretamente no processo de avaliação podem perceber nos resultados o seu ponto de vista a instituição.

Por último, em cada uma das etapas, serão organizados momentos para *debater e encaminhar ações* que proporcionem a melhoria da qualidade das atividades acadêmicas. A participação de representantes de todas as categorias envolvidas nas atividades da instituição é importantíssima, não só porque todos podem ser beneficiados com as melhorias, mas porque há interesses diversos envolvidos e cada um poderá contribuir com sugestões que subsidiem a elaboração/execução de um plano de melhoria mais eficiente.

Destaca-se que as ações que por ventura sejam propostas serão encaminhadas por meio de Planos de Melhorias que contemplem as necessidades de cada um dos setores/categorias profissionais avaliados. Neste sentido, ressalta-se que serão elaborados Planos de Melhorias específicos para cada um dos cursos, iniciando pelos que ainda não foram reconhecidos e receberão Comissões Externas para avaliá-los.

A elaboração/execução dos Planos de Melhorias de cada curso contempla uma série de ações que, inclusive, antecedem sua elaboração e vão até sua conclusão. Neste sentido, propõe-se a discussão com cada um dos coordenadores sobre as estratégias de avaliação que será realizada em cada um dos cursos com o objetivo de obter um diagnóstico que subsidiará a elaboração do Plano de Melhoria. Em seguida realizar-se-á uma discussão, envolvendo coordenadores dos cursos, CPA, NAI e Gerência Acadêmica, com o intuito de, a partir do diagnóstico, encaminhar alternativas de melhoria da qualidade dos cursos. Essas alternativas serão organizadas em forma de Planos de Ações a serem desenvolvidas durante o ano de 2009. A implementação dos Planos de Ações será acompanhada e avaliada pelos coordenadores, CPA, NAI e Gerência Acadêmica.

Após a realização de cada uma das etapas detalhadas acima, todos os resultados das avaliações serão consolidados em um único relatório (Relatório de Auto-Avaliação Institucional 2009). Esse relatório condensará pontos de vistas de alunos, professores, gestores e funcionários técnico-administrativos, dados relevantes que auxiliem a compreensão dos resultados das enquetes e outras formas de questionários que por

ventura venham ser respondidos, a forma de organização administrativa e acadêmica da instituição, as condições físicas, o quadro de pessoal docente, técnico-administrativo e gestor, o rendimento dos alunos (% aprovação/reprovação), expansão ou regressão de cada curso em relação ao número de matrículas, trancamento e evasão, o desenvolvimento de pesquisa e extensão, etc.

Diante disso, espera-se que o Relatório de Auto-Avaliação Institucional 2009 seja um importante instrumento de melhoria da qualidade das atividades acadêmicas e um importante instrumento para o planejamento da gestão da instituição.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pode ser observado nesse projeto, a proposta de Auto-Avaliação Institucional a ser realizada no ano de 2009 na FAI se apresenta de forma bastante dinâmica, incorporando diversas atividades que tem como principais características a sua globalidade e a participação de toda a comunidade acadêmica e envolvimento de cada setor envolvido, especialmente com a elaboração e execução das propostas de melhoria.

Espera-se que os resultados desse processo possam subsidiar grande parte das decisões tomadas na instituição. A melhoria da qualidade da formação oferecida na instituição é o principal foco desse projeto. Por isso, a auto-avaliação realizada em cada um dos cursos e a elaboração de um Plano de Melhoria para cada um deles se coloca como um dos principais focos desse processo. Neste sentido, a avaliação torna-se uma oportunidade para construção de conhecimentos para aqueles que se envolvem diretamente, como por exemplo, os coordenadores de curso, que ampliam seus conhecimentos em currículo, em gestão, em avaliação, elaboração de projetos, etc.

Outro aspecto positivo da avaliação é que ela pode ser importante instrumento de gestão da instituição, uma vez que os resultados apresentam um diagnóstico das condições de oferta de ensino, pesquisa e extensão, bem como o ponto de vista de todos os sujeitos que estão envolvidos diretamente com as atividades acadêmicas da instituição (alunos, professores, funcionários técnico-administrativos e gestores). A partir dos resultados é possível planejar melhor o desenvolvimento da instituição, estabelecendo prioridades, novos projetos, propostas de intervenção, etc.

Reconhece-se que será necessário um grande esforço para que todas as atividades previstas sejam realizadas, principalmente, por parte dos membros do NAI e da CPA. Ressalta-se que será necessária também uma grande dedicação dos coordenadores de curso e de cada setor avaliado, além de um amplo apoio da Gerência Acadêmica e, especialmente da Direção, no sentido dar autonomia para que o processo seja realizado com transparência e ao mesmo tempo dê apoio no sentido dar condições para que as ações necessárias sejam realizadas.

11 REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC/INEP. **SINAES: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior**: da concepção à regulamentação. 2. ed. (ampliada). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação da educação superior, regulação e emancipação. In.: DIAS SOBRINHO, José; RISTOFF, Dilvo I. (Orgs.). **Avaliação e compromisso público**: a educação superior em debate. Florianópolis: Insular, 2003.